

IDEOLOGIA, MEMÓRIA, SENTIDO: REFLEXÕES ACERCA DO ENUNCIADO “NÃO PENSE EM CRISE, TRABALHE” E SUAS (RE)ATUALIZAÇÕES EM DISCURSOS DE RESISTÊNCIA¹

Ideology, Memory, Meaning: Reflections on the Utterance "Don't Think About Crisis, Just Work" and its (Re)Updates in Discourses of Resistance

DOI: 10.14393/LL63-v36n1-2020-3

Evandra Grigoletto*

Fabiele Stockmans De Nardi**

RESUMO: Analisamos, no presente artigo, sob o viés da análise do discurso pecheuxtiana, o funcionamento discursivo do enunciado “Não pense em crise, trabalhe”, observando, sobretudo, os sentidos de trabalho e trabalhador que se inscrevem nesse enunciado e em suas diferentes (re)atualizações em discursos de resistência. Partindo das noções de ideologia, memória e resistência, concluímos, a partir das análises realizadas, que tal enunciado produz-se como um enunciado dividido (COURTINE, 2009), o qual mobiliza duas formações discursivas antagônicas: uma na qual se inscreve o discurso do governo Temer, e outra na qual se inscrevem os discursos de resistência à ordem governamental. Assim, num jogo entre o formulável e o não formulável, o sentido instituído e a deriva, a memória e a atualidade, observamos o funcionamento da ideologia dominante, mas também o funcionamento daquilo que produz furo nessa ideologia: a resistência.

PALAVRAS-CHAVE: Memória. Ideologia. Discursos de resistência. Trabalho. Trabalhador.

ABSTRACT: Drawing on Pechêux's notion of discourse, we analyze in this paper the discursive functioning of the utterance “Do not think about crisis, just work”, particularly taking into account the meanings of work and worker inscribed in this utterance and in its different (re)updates in discourses of resistance. Drawing on the notions of ideology, memory and resistance, we conclude that such an utterance leads to a double interpretation (COURTINE, 2009), mobilizing two opposite discursive formations: one related to the discourse of the former Brazilian president Michel Temer's government, and the other related to the discourses of resistance to that government. In a contest between the created and the non-created, the established meaning and the drift, memory and the present, we observe the functioning of the dominant ideology, but also the functioning of what deconstructs this ideology: resistance.

KEYWORDS: Memory. Ideology. Discourses of resistance. Work. Worker.

¹ Este artigo apresenta parte dos resultados do projeto de pesquisa *Discurso político e políticas públicas a partir do acontecimento do impeachment: análise dos discursos sobre ciência, educação e cultura*, com financiamento do CNPq, processo nº 422259/2018-7.

* Doutora em Teorias do Texto e do Discurso pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). ORCID: 0000-0003-1458-0491. E-mail: evandra.grigoletto(AT)ufpe.br.

** Doutora em Teorias do Texto e do Discurso pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). ORCID: 0000-0002-7083-1999. E-mail: fabiele.snardi(AT)ufpe.br.

1 Considerações iniciais: as condições de produção do enunciado e seus efeitos de sentido

Nossa proposta, neste artigo, é analisar o funcionamento discursivo do enunciado² “Não pense em crise, trabalhe”, pelo viés da memória e da ideologia, observando, sobretudo, que sentidos de trabalho e trabalhador se inscrevem nesse enunciado e em suas diferentes (re)atualizações em discursos de resistência.

Considerando o contexto imediato, tal como definido por Orlandi (2001), o enunciado em análise começou a circular a partir do momento em que Michel Temer, em seu primeiro discurso como Presidente interino do Brasil, realizado em 12 de maio de 2016, sugeriu aos brasileiros que parassem de falar em crise. Citou, para tanto, um enunciado que disse ter visto num posto de gasolina, no interior de São Paulo: “Não fale em crise, trabalhe”. Assim, segundo o Presidente e seus aliados, para ajudar a reverter o clima de crise, seriam espalhados pelo País vários *outdoors* com o enunciado “não pense em crise, trabalhe”. Eis um trecho da fala de Michel Temer, então Presidente interino, em que ele enuncia isso:

Dizia aos senhores que a partir de agora nós não podemos mais falar em crise. Trabalharemos. Aliás, há pouco tempo, eu passava por um posto de gasolina, na Castelo Branco, e o sujeito botou uma placa lá: “Não fale em crise, trabalhe”. Eu quero ver até se consigo *espalhar essa frase em 10, 20 milhões de outdoors por todo o Brasil*, porque isso cria também um clima *de harmonia, de interesse, de otimismo*, não é verdade? Então, não vamos falar em crise, vamos trabalhar. O nosso lema — que não é um lema de hoje —, o nosso lema é *Ordem e Progresso*.³

Cumprindo sua promessa, começaram a aparecer, pelo país, então, *outdoors* com o enunciado “Não pense em crise, trabalhe”, com a assinatura de Michel Temer, seguida do slogan do seu governo: Brasil, *ordem e progresso*.

Antes de analisarmos o enunciado propriamente dito, é interessante nos atermos a esse trecho da fala do Presidente, quando enuncia essa sua ação como algo que vai criar *um clima*

² Estamos tomando aqui a noção de enunciado a partir de Courtine. Courtine (2009) caracteriza os enunciados a partir de uma dupla dimensão: a horizontal/intradiscursiva e a vertical/interdiscursiva, que correspondem ao nível da formulação [e] e ao nível do enunciado [E].

³ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/veja-integra-do-discurso-de-michel-temer-19296029>. Acesso em 27 set. 2019. Os grifos são nossos como forma de destacar as marcas linguísticas que serão retomadas durante a análise da fala do Presidente.

de harmonia, de interesse e de otimismo, produzindo, por um viés ideológico, um efeito de apagamento de todas as contradições e do clima de acirramento que atravessava os dizeres dos brasileiros naquele momento da cena política nacional: de um lado, os defensores do *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff; de outro, os que nomearam esse processo de um golpe parlamentar. Mais especificamente, o presidente retoma, em sua fala, o que teria sido o enunciado desencadeador desse processo: “não fale em crise, trabalhe”, escrito numa placa, como ele mesmo explica, exposta em um posto de gasolina na Castelo Branco. Garcia e Sousa (2018, p. 2893), ao analisarem a fala do Presidente nesse excerto de texto, apontam que, ao dizer do que não pode (mais) ser dito, produz-se “a equação de que a entrada do vice ao cargo de maior mandatário da nação inscreve-se como calamento da crise, como desfecho da crise, como resolução mágica das tensões da crise, como fim da crise.” (GARCIA; SOUSA, 2018, p. 2893). Ainda, como nos mostram as autoras, é ao cidadão que se imputa a responsabilidade para sair da crise. Poderíamos dizer que se atribui a ele a possibilidade de resolvê-la, trabalhando, deixando de falar dela, num movimento de afirmação do lugar ilusório da crise, que parece nunca ter existido ou, magicamente, deixado de se fazer presente. Apaga-se a crise ao se ordenar que se calem sobre ela. Ao concretizar o que propôs em seu pronunciamento – “espalhar essa frase em 10, 20 milhões de *outdoors* por todo o Brasil” -, Temer, mais do que pedir que não falem em crise, ordena que os cidadãos não pensem nela, atrelando a isso a “ordem e progresso” do país. A interdição se desloca da ordem do falar para o pensar, o que significa o apagamento de

toda a conjuntura econômica e política a partir da qual o próprio presidente chegou ao poder [...]. Crise nos remete de imediato ao econômico, sentido literal e mais recorrente nos discursos oficiais, no entanto, crise aqui se abre e desdobra-se polissemicamente em crise política, crise ética, crise de identidade, crise internacional. Ao invés de tomá-las em pensamento (e em ações políticas de mobilização e resistência, eis um dos medos), o ideal é trabalhar. A ordem é “trabalhe”. (GARCIA; SOUSA, 2018, p. 2895)

Ao ordenar o trabalho, sugere-se uma dissociação entre trabalho e pensamento, inscrevendo o trabalho num espaço do qual o pensar está excluído. O sentido de trabalho aí posto relaciona-se à produção em massa, ao trabalho enquanto ação mecânica a ser executada por um sujeito que não pensa, cumpre ordens, movimenta a produção, coloca o seu corpo-

máquina à serviço do crescimento do país. Ao produzir esse efeito de sentido para trabalho, projeta, por sua vez, um sentido para trabalhador que vai na direção do corpo-máquina aliado do pensamento. E, para observarmos esses outros efeitos de sentido possíveis que se produzem a partir da materialidade do enunciado “Não pense em crise, trabalhe”, num jogo entre o dito e o não-dito, mobilizamos, além do contexto imediato, o contexto sócio-histórico e ideológico, que fazem parte das condições de produção do discurso produzido por Temer e, por sua vez, do enunciado em análise.

Mas o que são as condições de produção? Segundo Orlandi (2001, p. 30), “elas compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação. Também a memória faz parte da produção do discurso.” Ao incorporarmos a memória como parte das condições de produção, estamos entendendo, com Pêcheux ([1969], 1997, p. 85), que todo processo discursivo é atravessado por diferentes representações imaginárias, as quais resultam “de processos discursivos anteriores (provenientes de outras condições de produção) que deixaram de funcionar mas que deram nascimento a “tomadas de posição” implícitas que asseguram a possibilidade do processo discursivo em foco” (grifos do autor).

Retomando o final do recorte do discurso de Temer, quando ele explicita que *o nosso lema - ordem e progresso - não é um lema de hoje*, observamos como o sujeito do discurso, nesse caso falando do lugar social de Presidente da República, toma posição no discurso, ao resgatar, pelo viés da memória, o lema que está escrito na bandeira brasileira. No entanto, esse lema aqui está diretamente associado ao enunciado em análise, sugerindo o efeito de sentido de que o progresso passa pelo dever do cidadão em trabalhar, negando-lhe o direito de pensar em crise. Efeitos esses que são produzidos pelos “já ouvidos” e “já ditos.”

Essa mesma direção de sentidos está materializada na forma como tomou o enunciado que foi espalhado pelo país por meio de *outdoors*, tal como podemos ver no exemplo da Figura 1, na próxima página.

Ao observarmos mais atentamente a materialização do enunciado nos *outdoors*, alguns elementos nos chamam a atenção: o contraste das cores e a assinatura personalizada com o nome de Michel Temer explicitado. As letras brancas sobre fundo azul remetem, pelo viés da memória, às cores que estão no centro da bandeira do Brasil, onde a frase ordem e progresso está destacada numa faixa branca, produzindo o efeito de associação entre o progresso e o

trabalho que comentamos acima. Mantendo a mesma sincronia de cores, estão a assinatura de Michel Temer e o slogan de seu governo: ordem e progresso. Causa certo estranhamento justamente a assinatura com o nome do Presidente, uma vez que, em campanhas institucionais como essa, aparece apenas o slogan do governo. Entendemos que Temer, ao fazer questão de assumir a autoria dessa ordem, aponta para, pelo menos, dois efeitos de sentido possíveis que remetem a uma desresponsabilização de seu governo pela crise: (1) a responsabilização do trabalhador por uma possível permanência da crise, do desemprego, etc.; (2) uma vinculação da crise à figura de sua antecessora, visto que, nas mãos de Temer, já não há mais crise no país, desde que cada cidadão deixe de pensar nela e trabalhe.



Figura 1. *Outdoors* espalhados pelas principais cidades do Brasil

Fonte: *site sensacionalista*.⁴

Em uma relação parafrástica, o enunciado poderia ser assim reescrito: Não fale, não pense... trabalhe!! O que está em jogo, então, a partir da formulação do enunciado “Não pense em crise, trabalhe”, é, ao mesmo tempo, uma interdição e uma ordem. A interdição do pensar e a ordem para trabalhar. Analisando discursivamente, entendemos que tal enunciado se

⁴ Disponível em: <https://www.sensacionalista.com.br/2016/05/16/brasileiros-espalham-outdoors-com-a-frase-nao-pense-em-criese-trabalhe-no-centro-politico-de-brasilia/>. Acesso em: 27 set. 2019.

produz como um enunciado dividido, que mobiliza formações discursivas (FD)⁵ antagônicas. Expliquemo-nos: menos pensamento, menos fala e mais trabalho é igual a ordem e progresso. Esse é o sentido que se inscreve na FD governamental. Mas, a partir dessa mesma materialidade linguística, considerando os sentidos que circulam no interdiscurso⁶, mais pensamento pode significar menos trabalho. Na direção contrária à dissociação sugerida entre pensamento e trabalho, o trabalhador pode “ousar pensar por si mesmo”, “ousar se revoltar” (PÊCHEUX [1984], 2013, p. 22) e não cumprir a ordem governamental, questionando-a através do pensamento. É o sentido que observaremos funcionando no primeiro discurso de resistência que analisamos no próximo item.

Mas, antes de adentrarmos nas análises dos discursos de resistência, vamos nos ater um pouco mais no funcionamento do enunciado dividido. A noção de enunciado dividido foi proposta por Courtine (2009) para pensar o funcionamento do discurso comunista endereçado aos cristãos, em que uma mesma formulação pode mobilizar saberes/sentidos de FDs antagônicas. A fórmula apresentada pelo autor para o enunciado dividido é a seguinte: P {X/Y}, em que X e Y representam “*posições referenciais* no contexto da formulação P; ocupadas, no interior de um dado processo discursivo (...), por dois conjuntos de elementos que assumem um valor antagônico [...]” (COURTINE, 2009, p. 194). Assim sendo, teríamos:

P: “Não pense em crise, trabalhe”, sendo

X: - pensamento + trabalho = - crise + ordem e progresso;

y: + pensamento - trabalho = + crise - menos ordem e progresso (desordem)

⁵ Para a AD, as formações discursivas estão submetidas às formações ideológicas, as quais “comportam, necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito [...] a partir de uma posição dada numa conjuntura” (PÊCHEUX; FUCHS [1975], 1997, p. 166).

⁶ A noção de interdiscurso, na AD, diz respeito “ao todo complexo com dominante das formações ideológicas de uma formação social dada, estrutura que não é senão a da contradição reprodução/transformação que constitui a luta ideológica de classes.” (PÊCHEUX [1975], 1995, p. 147). É, portanto, o lugar do puro já-dito, do contraditório, daquilo que fala sempre “antes, em outro lugar e independentemente” (PÊCHEUX [1975], 1995, p. 162) e, como tal, determina os modos como os sentidos são formulados, pelo sujeito, no fio do discurso. O intradiscurso é, diz Pêcheux (PÊCHEUX [1975], 1995, p. 167), “um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma “interioridade” inteiramente determinada como tal “do exterior”.

Os sentidos de Y são da ordem do não formulável, mas se inscrevem, pela negação (não pense), naquilo que é formulado em P. Nas palavras de Courtine (2009, p. 192), é no interdiscurso que se *materializa a fronteira* dos domínios de saber próprios a FD antagônicas, indicando “pela não substitutibilidade dos constituintes que ela correlaciona em condições formais de funcionamento da língua, a linha divisória entre o formulável e o não formulável para cada um dos processos discursivos em cuja articulação contraditória essa fronteira se materializa.” Em outras palavras, não é formulável, no domínio de saber da FD governamental, que o trabalhador deva pensar e falar em crise. Um enunciado como “Não trabalhe, pense em crise” não é permitido no interior dessa FD, mas, por articulação contraditória da fronteira dessa FD, esse sentido circula, pelo viés daquilo que é negado, na FD antagônica, que chamaremos aqui de FD de resistência à ordem governamental.

E, no jogo do cruzamento dessas duas formações discursivas antagônicas, funcionam duas projeções para o trabalho e o sujeito trabalhador, que vão apontar, por sua vez, para uma dupla memória sobre o trabalho e o trabalhador. De um lado, na FD governamental, o sujeito se inscreve no lugar do trabalho, projetado como um trabalhador exemplar, aquele que não questiona, não pensa, apenas trabalha cumprindo as ordens. É o que vamos chamar de sujeito do trabalho. De outro, na FD de resistência, o sujeito se inscreve no lugar da crise e é projetado como o sujeito da desordem, do questionamento. Trata-se do sujeito da resistência.

Vejam, então, como funcionam as (re)atualizações desse enunciado em discursos que se inscrevem, não mais pelo viés do não-formulável, mas pelo formulável, na FD de resistência à ordem governamental, questionando a manutenção das formas de dominação, exploração e submissão.

2 Os sentidos de trabalho e trabalhador nos discursos de resistência

Courtine (2009, p. 100-101) entende que os enunciados constituem os elementos de saber próprios a uma Formação Discursiva. Para o autor, o enunciado é “[...] a forma geral, “indefinidamente repetível”, a partir da qual se pode descrever a constituição em uma rede de um conjunto de formulações dispersas e desniveladas no seio da FD: pode-se assim percorrer R[e] a partir de [E] como um trajeto das reformulações possíveis de [E].” Foi em busca desse

trajeto de reformulações do enunciado “Não pense em crise, trabalhe” que nos deparamos com os discursos de resistência à ordem governamental.

Como nos ensina Pêcheux, [...] não há dominação sem resistência: primado prático da luta de classes, que significa que é preciso “ousar se revoltar” (PÊCHEUX [1978a], 1995, p. 304). Então, ousando se revoltar, esse sujeito do trabalho, imediatamente, passou a ser reatualizado nas redes sociais, onde foi sendo reescrito ao mesmo tempo em que se (re)inscreveu em outros gêneros, fazendo trabalhar, nos deslizamentos de sentidos, uma dupla memória sobre o trabalho e o trabalhador. De objeto do trabalho, esse sujeito se desloca para sujeito da resistência, significando o trabalho não apenas como lugar de reprodução da ideologia dominante, mas lugar de possibilidade de transformação.

E convocamos, mais uma vez, Pêcheux para mostrar que a resistência é o que produz furo na ideologia dominante. Nas palavras do autor:

Aquilo que marca uma quebra no ritual ideológico dominante é justamente “o ponto sempre já-lá, a origem imaginária da resistência e da revolta” [...] “não há um mundo da ideologia dominante, unificado sob a forma de um “fato consumado”, nem dois universos ideológicos opostos com o sinal + e o sinal -, mas um único mundo que não cessa jamais de se dividir em dois. (PÊCHEUX [1984], 2013, p. 15; p. 17, grifos do autor)

Entendemos, portanto, que é entre a ideologia dominante e as ideologias dominadas, entre os processos de identificação e desidentificação do sujeito, entre a interpelação e as falhas do ritual ideológico que surge a resistência. Mas o que pode produzir essa falha no ritual ideológico? O jogo na/da língua. Segundo Pêcheux ([1982a], 1990a, p. 17), para produzirmos resistência, é preciso “começar a se despedir do sentido que reproduz o discurso da dominação, de modo que o irrealizado advenha formando sentido no interior do sem-sentido.” Eis algumas formas de resistência citadas pelo autor:

Não entender ou entender errado; não “escutar” as ordens; não repetir as litâneas ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio; falar sua língua como uma língua estrangeira que se domina mal; mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases; tomar os enunciados ao pé da letra; deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras... (PÊCHEUX [1982a], 1990a, p. 17)

Desviar, alterar, jogar na língua (e com ela), sobre as regras, fazer aparecer “uma palavra por outra” (PÊCHEUX [1984], 2013, p. 17) são formas possíveis de resistência que se inscrevem no corpo mesmo do enunciado “Não pense em crise, trabalhe” (ou em formas de sua apropriação a outras formulações). O enunciado em questão “tem seus efeitos metaforizados e deslocados, substituídos e torcidos por um jogo que passa pelo humor, pelo chiste, pelo joke (GADET; PÊCHEUX[1981], 2004) e pelos vários modos de dizer sobre a crise e o trabalho.” (GARCIA; SOUSA, 2018, 2898).

A charge que reproduzimos abaixo foi publicada no *blog* do Miro, em maio de 2016. Ela compunha um texto assinado pelo blogueiro Altamiro Borges, intitulado *Temer corta programas sociais. Morreu!*. Temos nessa charge um exemplo desse jogo com a língua, construído a partir da relação entre o enunciado e a famosa frase de Descartes: “penso, logo existo”:



Figura 2. Charge publicada na rede

Fonte: *blog* do Miro.⁷

A charge coloca em relação o pensador, representado pela figura de Descartes, retomada aqui pelo desenho e por uma menção a sua frase, popularizada em português como “Penso, logo existo”. Chamado a “ler” o enunciado do *outdoor*, a figura da charge faz trabalhar, em relações parafrásticas, enunciados que seriam autorizados a se produzirem como

⁷ Disponível em: <https://altamiroborges.blogspot.com/2016/05/temer-corta-programas-sociais-morreu.html#more>. Acesso em: 28 set. 2019.

formulações possíveis a partir de uma relação lógica: o que seria verdadeiro, então, a partir do dizer do enunciado, diz o Descartes da charge, é que “Não pense em crise, trabalhe” implica, “trabalho, logo não penso” que, por sua vez, implica “trabalho, logo o golpe existe”.

Esse leitor projetado na figura de Descartes rompe com o sentido estabelecido no *outdoor* anterior, trazendo o não-dito lá, mas já-dito em outro lugar para produzir uma posição de resistência pela reatualização da memória em torno do enunciado de Descartes⁸. “Penso, logo existo”, que não se materializa, mas ressoa nesse discurso pelo viés da memória, vem materializado por um jogo com as fórmulas da lógica formal, para produzir, justamente, o aparecimento do não dito no dito. Para cada condição, há uma conclusão. Vejamos.

(se) Pensar em crise = menos trabalho.

(então) Não pense, trabalhe.

(se) Se trabalho = menos pensamento.

(então) Não penso, só trabalho, logo não existo.

Assim...

(se) Penso = existo.

(então) Penso e, logo, o golpe existe.

Na charge, a resistência se materializa pelo jogo com a forma-fórmula. Na projeção de um leitor que “pensa” sobre o dito por Temer, o sujeito produz resistência a partir da apropriação de um modo de formular que retorna à memória do dito por Descartes, marcada pela reprodução da imagem do filósofo, mas também pela memória da formulação – com a conjunção *logo* – que produz o efeito de verdade sobre o dito, a partir de um recurso à lógica, ao óbvio do todo mundo sabe, que ressoa na apropriação que se faz no senso comum sobre esse dito. Ao produzir o jogo argumentativo sobre um exercício lógico de busca pela verdade, a charge promove um deslocamento de sentidos para o enunciado do *outdoor*, reinscrevendo

⁸ Não é nosso objetivo, neste artigo, analisar a frase de Descartes e suas implicações epistemológicas, tampouco as questões que envolvem a relação entre a formulação inicial desta máxima do pensamento cartesiano que, conforme apontam alguns, encontraria uma tradução melhor em “penso, logo sou”. Para os objetivos que temos, conforme se indica no texto, interessa-nos a retomada do pensamento de Descartes a partir da popularização de sua frase, tomada como uma máxima da própria condição do homem enquanto ser pensante.

nesse dizer o discurso do golpe. Assim, pela reformulação, o golpe se inscreve numa relação de oposição ao trabalho ordenado no *outdoor*, ou seja, na direção oposta de um trabalho alijado do pensamento, que nos permitiria outros rearranjos das formulações, como: Só quem não pensa, acha que o golpe não existe.

Nessa outra charge abaixo, a resistência se produz pela ironia, já que o enunciado é atualizado, a partir de sua vinculação ao desmonte da CLT e à reforma trabalhista, como forma de massacre. A ordem e progresso, aqui, se impõe sobre os sujeitos, massacrando-os, e o trabalho aparece, então, como forma de condenação. O riso irônico e satisfeito do presidente que, ao enunciar a frase dos *outdoors*, rasga a CLT e com ela todas as garantias trabalhistas dos sujeitos, contrasta com os sujeitos em agonia, tentando desesperadamente escapar daquilo que os esmaga.



Figura 3. Charge publicada na rede

Fonte: *blog O Andarilho*⁹

Pêcheux (1975) afirma que textos como o que estamos analisando (um grande número de brincadeiras, anedotas, etc.) funcionam regidos pela contradição, que é inerente a uma discrepância entre a ignorância do sujeito ou sua agudeza de “espírito”. Ainda, segundo o autor,

⁹ Disponível em: <http://andarilhocanhoto.blogspot.com/2016/05/nao-fale-em-crise-trabalhe.html>. Acesso em: 28 set. 2019.

esse tipo de texto se produz como sintoma da apreensão dessa discrepância, “e tem como sustentáculo o círculo que liga a contradição sofrida (isto é, a ‘estupidez’) à contradição apreendida e exibida (isto é, a ‘ironia’)” (PÊCHEUX [1975], 1995, p. 156). Então, pelo viés da ironia, o sujeito autor da charge e qualquer leitor que com ela se identifique expõem a contradição presente entre a ordem proferida pelo Presidente e sua práxis em relação às ações propostas pelo Governo Federal para geração de novos empregos. Entre a estupidez e a agudeza de espírito, tomam posição pela segunda.

Observamos, assim, projetados nessa charge, um sentido de trabalho e trabalhador que remetem, respectivamente, à escravidão e ao escravo. E o sujeito da resistência se identifica com esse discurso, justamente porque rompe com o sentido estabilizado, questiona o trabalho como forma de escravidão, não reproduzindo simplesmente o discurso dominante e fazendo, portanto, como nos pontua Pêcheux ([1982a], 1990a, p. 17), que “o irrealizado advenha formando sentido no interior do sem-sentido.”

A charge, portanto, quando colocada como fragmento de um discurso de resistência, gesto de leitura de um conjunto de ações que, a partir do governo brasileiro, dizem o trabalho e o trabalhador, desloca esse discurso de aparente “valorização do trabalho” para o da “precarização do trabalho”, onde o trabalhador, que é cada vez mais objeto do trabalho, se vê submetido à lógica do mercado, produto de barganha da relação entre oferta e procura. “Não pense em crise, trabalhe” é a palavra de ordem de um presidente que, ao apagar a diferença crucial entre a força de negociação do trabalhador, num cenário de profunda recessão e consequente desemprego, se permite dizer, sobre a reforma trabalhista, que ela cria “igualdade”¹⁰ entre patrões e empregados, que agora podem negociar, “livremente”, as condições de trabalho a que os “empregados” estarão sujeitos.

Importa lembrar, como o faz Courtine, que

¹⁰ Vemos funcionar, em discursos como o da reforma trabalhista, o que Apple (2005) observou ao trabalhar sobre as reformas educacionais nos EUA. Diz ele: “[...] continua, também, uma tradição conservadora do discurso que incorpora a linguagem progressista, avançando, simultaneamente, elementos-chave das agendas neoliberais e neoconservadoras. Em essência, cria o que Smith e tantos outros denominam ‘espetáculo político’, em que propostas que aparentemente levariam a reformas desejadas por atores menos poderosos seriam, em seu lugar, usadas largamente para legitimar diferentes tipos de agendas e políticas (Smith *et al.* 2004)” (APPLE, 2005, p. 23)

o discursivo materializa o contato entre o ideológico e o linguístico, na medida em que ele representa no interior da língua os efeitos das contradições ideológicas e onde, inversamente, manifesta a existência da materialidade linguística no interior da ideologia. (COURTINE, 2016, p. 14)

É no/pelo discurso, portanto, que podemos observar o funcionamento das contradições ideológicas, as quais só poderão ser “apanhadas” por um trabalho de leitura que ultrapasse o nível do linguístico. Como nos dizem Léon e Pêcheux ([1982], 2011, p. 164), ler um texto “não constitui uma simples “tomada de informação”, mas constitui-se numa tomada de posição do analista, e também do leitor. O ato de ler, compreendido como o encontro do sujeito com uma materialidade significativa, demanda fazer trabalhar o enunciado no espaço conflituoso de uma memória em que ele se inscreve, compreendendo a rede de sentidos que mobiliza como seu espaço de sustentação e, ao mesmo tempo, os sentidos possíveis para esse dizer que, pelos modos de circulação do enunciado, tendem a ser apagados. Por isso, é imprescindível, se queremos ler a partir de outras posições, aceitar o convite de Pêcheux ([1983a], 1990b, p. 44) e “[...] multiplicar as relações entre o que é dito aqui (em tal lugar), e dito assim e não de outro jeito, com o que é dito em outro lugar e de outro modo, a fim de se colocar numa posição de “entender” a presença de não ditos no interior do que é dito”.

Esse convite “a ler” o enunciado a partir de uma outra posição, que não aquela do sujeito do trabalho, projetado pelo *outdoor*, se faz também na montagem da Figura 4, que circulou amplamente na internet em 2016. Nessa imagem-montagem, novamente por um trabalho de leitura, o sujeito produz um questionamento do dito a partir de um resgate da memória. Ao colocar o enunciado do governo brasileiro em relação direta com a tradução feita para a inscrição dos portões de Auschwitz, vincula o trabalho a outras formas de dizê-lo, rompendo com o sentido estabilizado: o trabalho como escravidão, submissão, eugenia. Nesse movimento, o sujeito coloca em relação parafrástica os dois enunciados, estabelecendo um contínuo de memória entre a forma como significa o trabalho na inscrição da década de 1940, pela contradição entre a afirmação da libertação e o fato de ela se fazer como forma de identificação de um campo de concentração da segunda Guerra Mundial, e o enunciado de 2016, em que inscreve o trabalhar na ordem do não pensar.



Figura 4. montagem publicada na rede

Fonte: *blog* Roda de Cidadania¹¹

Num jogo metafórico da substituição “de uma palavra por outra”, encontramos “o ponto onde um ritual ideológico vem se quebrar no lapso” (PÊCHEUX [1984], 2013, p. 15). Pensando numa relação parafrástica, temos: Não pense em crise, trabalhe → (porque) O trabalho liberta. No entanto, o sentido do trabalho como libertação deriva para outros efeitos que, pela retomada da memória do horror do holocausto, ocorrido durante a segunda guerra mundial, vem quebrar o ritual ideológico, funcionando como um lapso, um ato falho. Vejamos os efeitos metafóricos:

O trabalho não liberta → ele escraviza

↓

subjuga

↓

mata

¹¹ Disponível em: <https://rodadecidadania.wordpress.com/2016/05/15/633/>. Acesso em: 28 set. 2019.

É pelo viés da memória, da atualização de uma memória feita no interior da FD da resistência ao discurso governamental que se produz, aqui, a disputa pelo sentido da palavra trabalho. Resignificada a partir de sua inscrição em outro enunciado - “O trabalho liberta” -, o valor positivo atribuído à palavra trabalho se desloca de uma afirmação de que “o trabalho é aquilo que faz cessar a crise”, para o que se encobre, ao dizer trabalho, para não dizer outra coisa. Esse não dito é trazido pela contradição que atravessa a inscrição dos portões de Auschwitz, visto que o enunciado, ao ser vinculado ao lugar a partir do qual foi dito/escrito, um campo de concentração, faz trabalhar a memória sobre esse lugar onde entravam os judeus para trabalhar até morrer e/ou morrer de tanto trabalhar. Como nos diz Franco (2016, s/n), “Auschwitz e sua frase entraram para a história da humanidade como símbolos do Holocausto cometido por Hitler contra judeus, negros, homossexuais e opositores ao seu governo.”

Podemos dizer que a associação feita entre o enunciado produzido por Michel Temer e a inscrição que nomeava um dos campos de concentração que mais matou pessoas durante o regime nazista alemão, vem ruir, “perturbar a memória” (PÊCHEUX [1983b], 1999, p. 52). Não a memória do nazismo, mas a memória que se pretende construir de um governo ilegítimo, desencadeada a partir de um enunciado-slogan que coloca o cidadão na condição de um sujeito do trabalho, que está impedido de pensar. Pêcheux ([1983b], 1999, p. 52) nos diz que, nesses casos, o acontecimento “desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior”. Entendemos, no entanto, que o que funciona aqui, nesse jogo com a memória, é que o acontecimento do *impeachment* não vai desregular os implícitos relativos à memória do holocausto, mas escancarar as contradições inscritas no enunciado produzido por Temer, projetando ao leitor outras possibilidades de inscrição desse acontecimento na memória, diferente daquela que se quer impor pelo Governo. Trata-se, portanto, de um contínuo de memória que se produz entre os dois eventos, a partir da colagem, que coloca lado a lado, o enunciado inscrito no portão Auschwitz e o enunciado inscrito nos *outdoors* espalhados pelo Brasil. Ao vincular o enunciado produzido por Temer à memória do holocausto, recupera-se a memória do sentido da palavra “trabalho”, a partir da contradição existente entre libertação e escravidão. Então, “sob o “mesmo” da materialidade da palavra abre-se o jogo da metáfora, como outra possibilidade de articulação discursiva.” (PÊCHEUX [1983b], 1999, p. 53)

Nossa luta é “uma luta pelo sentido das palavras”, nos disse Pêcheux ([1978b] 2011, p. 273), e é justamente ao colocar em suspenso o sentido da palavra trabalho, presente no enunciado de Temer, que se promove, na imagem acima, a resistência. O jogo com a palavra, aqui, se produz por sua inscrição em memórias outras, nesse caso, a do holocausto, redirecionando as possibilidades de leitura do enunciado. Se a memória é esse “espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, de réplicas, de polêmicas e de contradiscursos”, como nos diz Pêcheux ([1983b], 1999, p. 56), o trabalho com as imagens do *outdoor* e dos portões de Auschwitz, colocadas lado a lado, produz um recorte numa memória coletiva para “fazer lembrar” o que o enunciado deixa de dizer, ou seja, que as condições em que se exerce esse trabalho são fundamentais para se compreender o que se diz ao se ordenar “trabalhe”.

Nessa luta pelo sentido da palavra e, extensivamente, pela memória das palavras trabalho e trabalhador, muitos outros discursos de resistência ao enunciado “Não pense em crise, trabalhe” circularam na rede, em formas de memes, charges, fotografias-montagens, reescritas¹² etc., agitando as redes de sentido das duas FD antagônicas em que se inscreve esse enunciado: a FD governamental, e a FD de resistência à ordem governamental. No entanto, pela limitação de espaço e pela amplitude desse *corpus*, não foi possível analisar todas essas (re)atualizações. Mas entendemos que produzimos um recorte teórico-analítico, neste artigo, que nos permite apontar algumas conclusões gerais acerca do funcionamento desse enunciado e de suas (re)atualizações em discursos de resistência. Vamos a elas.

3 Considerações finais

Procuramos observar, nas análises realizadas neste artigo, a disputa pelos sentidos em torno do trabalho e do trabalhador materializada nos discursos em análise. O olhar que lançamos sobre essas materialidades nos permitem afirmar que o que se pode/deve dizer no interior da FD que designamos como do discurso governamental, em que se inscreve o

¹² Somente a título de exemplificação, uma dessas reescritas apagava parte do enunciado, inscrevendo a memória do trabalho no anarquismo: “Não pense em crise, trabalhe” transformou-se em “Pense, crie, Atrapalhe”, sendo esse A escrito com o símbolo do Anarquismo. Apaga-se aqui o ordenamento para o trabalho para produzir uma outra ordem: a do pensamento, da transgressão da ordem vigente.

enunciado dos *outdoors*, aponta para um sentido de trabalho tomado como ação mecânica a ser executada por um corpo-máquina.

Alijado do pensamento, o sujeito do trabalho está reduzido a esse corpo - que não deve falar nem pensar -, o que o coloca como objeto do trabalho. Para dizer sobre o trabalho no interior dessa FD, apaga-se a crise, o golpe, as desigualdades, e se diz sobre um país que deve entrar na rota da *Ordem e Progresso*. Colocar o país nessa rota é função do trabalhador, que, sem questionar, deve executar seu trabalho, mesmo que dele venham a ser retirados todos os direitos, mesmo que esse trabalho se apresente, para ele, precarizado, ainda que sob o véu da modernização e da flexibilidade.

Diferentes movimentos de leitura, no entanto, sobre “Não pense em crise, trabalhe”, constroem movimentos de resistência ao dito, possibilitando-nos falar de uma FD da resistência à ordem governamental, a partir da qual se colocam em evidência as contradições desse discurso sobre o trabalho e o trabalhador. Chamado a ler, na esteira do que nos ensina Pêcheux, multiplicando as relações entre o dito, suas condições de produção e as memórias em disputa com relação aos eventos sobre os quais se diz, o sujeito é convidado a passar de objeto do trabalho a sujeito da resistência, fazendo vir à tona o não-dito nessa FD governamental sobre a oposição entre trabalho e pensamento.

Se “o trabalho dignifica o homem”, é preciso considerar que nem todo trabalho se produz em condições dignas e que não há possibilidade de se ter dignidade, quando trabalhar implica abdicar do pensamento, da relação entre a forma como se diz/realiza o trabalho e as condições de sua produção a que estão sujeitos os trabalhadores. Na FD da resistência, o que se produz é um dizer que perturba a direção de sentidos para trabalho construída na publicidade governamental. Aqui, o trabalho está ligado ao pensamento, à reflexão do sujeito, não sendo apenas lugar de reprodução da ideologia dominante, do discurso da dominação, mas lugar de possibilidade de transformação. Reafirma-se, portanto, a existência da crise e se questiona a rota da *Ordem e progresso*. Por sua vez, o sujeito da resistência entende que a ordem governamental inscreve o trabalho no espaço da escravidão, da exploração, da sujeição.

Teoricamente, gostaríamos de reforçar que, para que esses sentidos se produzam, no interior dessas duas FDs antagônicas, os movimentos da ideologia e da memória são fundamentais, uma vez que a ideologia trabalha para a produção da evidência de um sentido

único, interpelando os sujeitos a se inscreverem em uma FD e não em outra. Por sua vez, a memória possibilita que não-ditos, formulados no interior da FD antagônica, venham à tona, produzindo desestabilização, deslocamento dos sentidos. A ideologia, portanto, em sua relação com a memória, produz o jogo entre o formulável e o não formulável, em cuja articulação contraditória, as fronteiras dessas FDs se materializam, selecionando o que pode e deve ser dito no interior de cada uma delas.

Igualmente importante nesse jogo com os sentidos é o trabalho do sujeito da resistência, que, acatando a lição de Pêcheux ([1982a], 1990a, p. 17), começa “a se despedir do sentido que reproduz o discurso da dominação”, não “escutando” a ordem governamental, questionando a lógica do capital. Para tanto, produz deslocamentos, inversões, colagens, associações no nível do formulável, as quais vão movimentar o sentido e a memória instituídas sobre o trabalho e o trabalhador. Observamos, portanto, nas análises realizadas, o funcionamento da ideologia dominante, mas também o funcionamento daquilo que produz furo nessa ideologia: a resistência.

Por fim, queremos destacar que o ideológico comparece nesses discursos, tanto no governamental, como nos de resistência, para expor as contradições a que a formulação “Não pense em crise, trabalhe” está exposta, mostrando sua força como espaço a partir do qual a memória trabalha, em movimentos em que lembrar e esquecer fazem parte de uma disputa pelos sentidos do dizer. Estamos diante do que Pêcheux ([1982b], 2001, p. 114 - 115) chamou de “luta do deslocamento ideológica”, a qual descreve “os tipos de choque de deslocamentos [...] que tratam da reprodução/transformação das relações de classe.”

Referências

APPLE, M. W. **Para além da lógica de mercado**: compreendendo e opondo-se ao neoliberalismo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2005.

COURTINE, J.-J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCAR, 2009.

COURTINE, J.-J. Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise do Discurso. **Policromias**, v. 1, n. 1, p. 14-35, jul. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/4090/3058>. Acesso em: 28 set. 2019.

FRANCO, C. Diário de um golpe: um slogan que nasce fracassado. **Revista Publicita**, 15 maio 2016. Disponível em: <http://www.revistapublicitta.com.br/saber/diario-do-golpe-um-slogan-que-nasce-fracassado/>. Acesso em: 28 set. 2019.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível**: o discurso na história da Linguística. Campinas: Pontes, 2004[1981].

GARCIA, D. A.; SOUSA, L. M. A. e. “Não pense em crise, trabalhe”: o jogo da história na trama da língua. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 2891-2902, jan.-mar. 2018 . DOI: <https://doi.org/10.5007/1984-8412>.

LÉON, J.; PÊCHEUX, M. [1982] Análise sintática e paráfrase discursiva. *In*: ORLANDI, E. P. (Org.). **Análise de discurso**: Michel Pêcheux. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2011. p. 163-173.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 3. ed. Campinas: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, M. [1969]. Análise automática do discurso (AAD-69). *In*: GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas: Ed Unicamp, 1997. p. 61-161.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. [1975]. A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas. *In*: GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1997. p. 163-252.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 2. ed. Trad. de Eni P. Orlandi *et al.* Campinas: Unicamp, 1995[1975].

PÊCHEUX, M. [1978a] Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. *In*: PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1995. p. 293-307.

PÊCHEUX, M. As massas populares são um objeto inanimado? *In*: ORLANDI, E. P. (Org.). **Análise de discurso**: Michel Pêcheux. 2. ed. Campinas: Pontes, 2011[1978b]. p. 251- 273.

PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões, deslocamentos. **Cad. Estudos Linguísticos**. Campinas, n. 19, p. 7-24, jun.-dez. 1990a[1982a].

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas, SP: Pontes, 1990b[1983a].

PÊCHEUX, M. Papel da memória. *In*: ACHARD, P. *et al.* (Org.) **Papel da memória**. Campinas, SP: Pontes, 1999[1983b]. p. 49-57.

PÊCHEUX, M. Ideologia - aprisionamento ou campo paradoxal? *In*: ORLANDI, E. P. (Org.). **Análise de discurso**: Michel Pêcheux. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2011[1982b]. p. 107-119.

PÊCHEUX, M. [1984]. Ousar pensar e ousar se revoltar. Ideologia, marxismo, luta de classes. **Décalages**, v. 1, n. 4, p. 1-22. 2013.

Recebido em: 23.10.2019

Aprovado em: 29.01.2020